

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro¹

Geane Rocha²

Sabrina Parracho Sant'Anna³

Resumo

Desde princípios dos anos 2000, uma série de projetos de intervenção urbana tem sido pensada para a Zona Portuária do Rio de Janeiro. À falência da construção de uma filial do Guggenheim na Praça Mauá, seguiram-se projetos monumentais de museus para a região. O Museu de Arte do Rio foi inaugurado em 2013 e o Museu do Amanhã, em dezembro de 2015. Recordes de público vêm sendo registrados nas duas instituições⁴. No entanto, além de equipamentos culturais de vulto, projetos dissonantes têm sido incorporados ao projeto Porto Maravilha através da valorização tanto de discursos multiculturalistas, como de um tradicional procedimento de eliminação do conflito em uma narrativa de identidade brasileira abrangente. Este artigo pretende discutir a construção do que vem sendo denominado *Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana* e visa entender a construção da memória iconográfica da região no contexto de criação de um pólo de economia criativa para a cidade.

Palavras-chave: Porto Maravilha. Intervenção urbana. Memória africana.

Overlapping of layers in cultural policies and the construction of memory in the Historic and Archaeological Circuit of the Celebration of African Heritage in Rio de Janeiro

Abstract

Since the early 2000s, several urban intervention projects have been designed for the Port Zone of Rio de Janeiro. The failure of the Guggenheim branch in Praça Mauá was followed by monumental projects of museums for the region. The

1

Este artigo é resultado de pesquisa desenvolvida com apoio do CNPq e FAPERJ.

2

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, iniciou em 2015 o projeto de iniciação científica *Memória afro-descendente e o processo de intervenção urbana na Zona Portuária* pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação de Sabrina Parracho Sant'Anna.

3

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001), mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) e doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Atualmente é pesquisadora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: <saparracho@gmail.com>.

4

De acordo com site de divulgação da prefeitura, o MAR receberia, em seu primeiro ano de funcionamento, 350 mil visitantes. Já o Museu do Amanhã atrairia, só no final de semana de sua inauguração, mais 25 mil visitantes. Cf Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4640587>> e <<http://oglobo.globo.com/rio/museu-do-amanha-recebe-25-mil-pessoas-no-fim-de-semana-de-abertura-18338478>>.



Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

Museu de Arte do Rio was opened in 2013 and the *Museu do Amanhã*, in December 2015. Record-breaking visitation numbers have been registered in both institutions. However, in addition to cultural major equipments, dissonant projects have been incorporated into the Porto Maravilha project, by exploiting both multiculturalist discourse, as a traditional comprehensive Brazilian identity discourse that eliminates conflict. This article discusses the construction of what has been called *Circuit for Historical and Archaeological Celebration of African Heritage* and aims to understand the construction of the iconographic memory of the region in the context of creating a center of creative economy for the city.

Keywords: Porto Maravilha. Urban intervention. Afro-Brazilian memory.

O primeiro sábado de julho entrou no calendário de eventos da cidade. Na terceira edição da Lavagem do Cais do Valongo, no dia 5 de julho, água de cheiro, flores e cânticos tomaram a Praça Jornal do Comércio pelas mãos e orações das Mães de Santo. A cerimônia reverencia os mais de 500 mil africanos escravizados que desembarcaram no Brasil no cais redescoberto pelas obras do Porto Maravilha e transformado em memorial aberto à visitação pública desde 2012.

Sacerdotisas de religiões de matriz africana integrantes de grupo de trabalho coordenado pela Prefeitura do Rio para formatar o *Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana* no Rio de Janeiro (marcos da presença africana no Rio de Janeiro) acreditavam na necessidade de renovar as energias do cais encoberto por 200 anos. Em consulta aos ancestrais, receberam a orientação de dar início ao ritual em 2012. Desde então o grupo repete o ato de lavar as pedras pisadas do Valongo. Em 2014, representantes da gastronomia, artesanato e cultura da Região Portuária, como o Movimento Sabores do Porto, o grupo de artesãos do Porto e Afiricanidades e a Bateria do Império da Tijuca, participaram da cerimônia. (ORAÇÃO..., 2004, p. 8).

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

O trecho acima foi publicado em julho de 2014, na *Revista Porto Maravilha*. Editada, desde 2013, pela Prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com a CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Rio de Janeiro) para divulgar as iniciativas de intervenção urbana para a região portuária da cidade, a brochura tem feito frequentes referências ao que vem sendo denominado *Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro*. A matéria *Oração e Música*, cujo trecho vem aqui reproduzido, fazia especial menção à descoberta do Cais do Valongo durante as obras para intervenção urbana na região. Transformadas em sítio arqueológico, as ruínas estão em processo de estudo para serem tombadas pelo IPHAN e foram incluídas, desde 2014, por iniciativa da prefeitura, na lista indicativa de bens culturais brasileiros a serem avaliados pelo Comitê do Patrimônio Mundial como candidatos ao título de Patrimônio Mundial da UNESCO⁵.

Juntamente com a Pedra do Sal, o Centro Cultural José Bonifácio (CCJB) e o Instituto Pretos Novos, o Cais do Valongo tem se colocado como importante elemento nos projetos de renovação urbana da região portuária e os equipamentos culturais têm sido divulgados com frequência como foco das políticas culturais da prefeitura pela região. Notícias e *releases* a esse respeito vêm sendo reiteradamente veiculadas pela CDURP e replicadas pela imprensa carioca⁶.

No entanto, a ênfase na construção de uma memória africana para a região, chama a atenção no atual contexto de políticas públicas do Porto Maravilha. Além do circuito da herança africana, outros equipamentos vêm sendo construídos na Zona Portuária: um Museu do Amanhã, projetado por Santiago Calatrava, baseado nas tecnologias da informação e no uso midiático de imagens, vem sendo erguido no píer da Praça Mauá. Com curadoria de Luiz Alberto Oliveira, o museu vem sendo apresentado como lugar de exposição da ciência e das novas tecnologias. Assim também, o Museu de Arte do Rio, com ênfase na integração arte-educação e na atração de grandes levas de público à região, foi desde o início apresentado como novo espaço para as artes da cidade. Segundo Joaquim Ferreira dos Santos:

Uma pinacoteca, como a de São Paulo, será a cereja no bolo do projeto de revitalização da Zona Portuária.

5

Cf. Unesco aprova inclusão de novos três bens brasileiros na Lista Indicativa do Patrimônio Mundial. Portal do IPHAN, 16 abr. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18416&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

6

A esse respeito são dignas de nota tanto as menções no site da CDURP, quanto as publicações da Companhia. Apenas a título de exemplo valeria citar: Morro da Conceição receberá primeiras obras do Projeto de Revitalização urbana. *Revista Porto Maravilha*. n. 1, mar. 2010. *Oração e Música*. *Revista Porto Maravilha*. n. 15, jul. 2014. PAES, Eduardo. Porto Maravilha, preservando a história, a arquitetura e a cultura da Região Portuária. *Revista Porto Maravilha*, n. 4, abr. 2011.

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

Um grupo de empresários tem se reunido para definir detalhes com Eduardo Paes. O acervo será emprestado por colecionadores como Sergio Fadel e a família Marinho. (SANTOS, 2009)

Diante das políticas públicas destinadas à construção de um polo de criatividade na cidade, resta, portanto, entender o lugar destinado a discursos dissonantes atribuídos a grupos tradicionalmente entendidos como minorias na sociedade brasileira.

Darcy Ribeiro e a sobreposição de camadas nas políticas culturais

Apesar do intenso ritmo de intervenção sobre a Zona portuária que vem hoje sendo testemunhado pela cidade do Rio de Janeiro, o projeto de intervenção sobre a região não vem de hoje. De fato, o projeto remonta não só ao Rio Cidade de César Maia, como chamamos a atenção em outras ocasiões (SANT'ANNA, 2013), mas também a iniciativas ainda anteriores.

Com a manchete *Saúde é um bairro histórico do Rio que está doente*, Lilian Newlands anunciava, no Jornal do Brasil de 7 de agosto de 1983, debate sobre "o atual esvaziamento e deterioração da área" (p. 29) que ocorreria no Centro Cultural José Bonifácio, tombado recentemente naquele mesmo ano por Jamil Haddad. O evento era promovido pela Associação de moradores e pela prefeitura e contava com a participação de Darcy Ribeiro, Sérgio Cabral, Marta Yeda Linhares, Pedro Nava, Artur da Távola, José Colagrossi Filho e Jó Resende. No ano seguinte, o tombamento da Pedra do Sal em 20 de novembro de 1984 marcaria também as primeiras iniciativas para a região. O pedido de tombamento, feito por Joel Rufino dos Santos ao governo do estado, associava o passado de escravidão à memória do samba na região e levava a chancela de Darcy Ribeiro.

Cinco anos mais tarde, em 6 de setembro de 1989, o Jornal do Brasil informava na seção Lance Livre que a prefeitura da cidade dava o "pontapé inicial no projeto de transformar em corredor cultural os bairros da Saúde,

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

Gamboa e Santo Cristo” (p. 6) e inaugurava (mais uma vez) o Centro Cultural José Bonifácio. Administrada por uma sucessão de prefeitos de filiação ao PDT (Jamil Haddad 1983; Marcello Allencar 1983-1986; Saturnino Braga 1986-1988; Jó Resende 1988-1989; mais uma vez Marcello Allencar 1989-1993), a gestão da cultura no Rio de Janeiro foi decerto marcada pela presença de Darcy Ribeiro. Vice-governador do Estado e secretário estadual de Ciência e Cultura entre 1983 e 1987, Darcy Ribeiro participou ativamente de uma série de tomadas de decisão sobre as políticas públicas para a Zona Portuária e levou para o projeto a marca da gestão PDT que começava a incorporar a discussão sobre a valorização da cultura de matriz africana.

Não por acaso, ao fim do primeiro governo Leonel Brizola, em 16 de março de 1987, Cleusa Maria e Beatriz Bonfim assim avaliavam a participação de Darcy Ribeiro à frente da Secretaria de Ciência e Cultura:

Ao assumir a secretaria de cultura, Darcy declarava: “a cultura tem duas asas a popular e a erudita; sem vigor em ambas não voa belamente.” O mesmo não pensavam os críticos de sua política cultural, que viam a asa popular voar mais alto. Isso transformou a homenagem a Clementina de Jesus, em 1983, no Teatro Municipal, no primeiro – e não único – atrito sério da política cultural do governo Brizola com a opinião mais conservadora. A idéia foi considerada infeliz e demagógica, exemplo de uma visão popularesca da cultura. Para o secretário de cultura do município, Antonio Pedro, era essa a primeira preocupação da chamada cultura morena. Acabar com a divisão entre popular e erudito. “Samba no municipal, orquestra sinfônica na rua.” (BONFIM; MARIA, 1987, p. 1)

A reportagem, capa do Caderno B, suplemento de cultura do Jornal do Brasil, então um dos mais importantes periódicos da cidade, discutia as mudanças esperadas para as políticas culturais do estado ao fim da gestão Brizola. De fato, o PDT, que ocupara importante espaço na política estadual na década de 1980, começava a perder lugar a partir da derrota de Darcy Ribeiro para Moreira Franco nas eleições estaduais de 1986. Também no plano municipal, depois de ocupar a prefeitura por

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

uma década (1983-1993), o partido seria afastado do poder nas eleições de 1992, quando César Maia venceria nas urnas Cidinha Campos (PDT) e Benedita da Silva (PT). No entanto, a despeito das rupturas na sucessão partidária, projetos promissores continuariam a ser conduzidos, com nova roupagem, pelos técnicos da Prefeitura. Se desde o início dos anos 1980, Augusto Ivan, então à frente da Secretaria Municipal de Planejamento, começava a construir no centro do Rio de Janeiro políticas de preservação que passavam pela reocupação do Centro da cidade, essas políticas seriam implementadas a partir dos anos 1990 ao lado do Rio Cidade, carro chefe da administração César Maia. Com efeito, passando pelos mais diversos cargos na administração pública, Augusto Ivan atravessou décadas à frente do planejamento urbano da cidade e introduziu a partir de 1980 o conceito de *Corredor cultural* que associava práticas preservacionistas à construção de equipamentos culturais e *cultural clusters*. Se na década de 1980, sob a batuta de governos ligados ao PDT de Leonel Brizola, a marca dessas políticas começava a se tornar visível na criação da *Quadra da Cultura* na Lapa, na valorização da cultura popular e das minorias culturais (COSTA, 2010), a partir dos anos 1990 o *Corredor Cultural* da Praça XV receberia a marca da gestão César Maia (SANT'ANA, 2013) e teria continuidade, ainda, no atual Porto Maravilha, já previsto nos projetos de Augusto Ivan para o Corredor Cultural do Centro⁷.

A questão que é, portanto, colocada para este artigo é entender como se tornou possível sobrepor camadas de políticas públicas para a cultura na cidade, incorporando grupos de interesse e negociações passadas a novos projetos. Do mesmo modo, resta também entender como a incorporação vem apresentando continuidades, mas também e, sobretudo, descontinuidades, com projetos anteriores.

César Maia e novos rumos para a Zona Portuária

Entre 1993 e 2008, a cidade foi gerida por uma sucessão de mandatos do PFL, e mais tarde DEM. Eleito em 1992 para a gestão da prefeitura, César

7

O projeto do Corredor Cultural data da década de 1980 e foi responsável pelas leis de proteção do Patrimônio Cultural do Centro do Rio de Janeiro e intervenção urbana do centro do Rio de Janeiro a partir da preservação e patrimonialização de áreas de interesse arquitetônico. O corredor cultural orientou muitas das políticas urbanas para SAARA, Lapa, Praça XV e a atual reestruturação da Zona Portuária. Para uma discussão sobre o Corredor Cultural e a região da Lapa ver: COSTA, A. J. A. A Lapa ontem e hoje: políticas de intervenção. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

Maia elegeu seu sucessor, Luiz Paulo Conde, em 1996, e ocupou o cargo por mais dois mandatos, de 2001 a 2009. Nos dezesseis anos de prevalência de César Maia à frente da municipalidade do Rio de Janeiro, novos rumos foram dados para a criação do corredor cultural na Zona Portuária da Cidade. Nos primeiros dois mandatos de Maia e Luiz Paulo Conde, pouca atenção foi dada à região e às políticas de inclusão social pela cultura na cidade. O processo de ocupação do Centro da Cidade por equipamentos culturais foi especialmente dirigido à Lapa que testemunhou uma profunda mudança de perfil na política de Quadras da Cultura inaugurada ainda no Governo Brizola (COSTA, 2010). Também a região da Praça Quinze, já nesse momento, constituiu importante foco de políticas urbanas e recebeu crescente atenção com a disseminação de centros culturais na região.

Para a Zona Portuária, a prefeitura se limitou à manutenção do Centro José Bonifácio como espaço destinado à cultura afrodescendente no Rio de Janeiro, financiando importante reforma que efetivamente começava a dar uma rotina e uma agenda cultural à instituição. Se o Centro Cultural havia sido inaugurado em 1983 e reinaugurado em 1989, o espaço tivera, no entanto, funcionamento intermitente naquele período.

A partir de 1994, o CCJB passaria a ter a programação divulgada nos jornais da cidade. Levantamento no Jornal do Brasil, indica que é apenas a partir daquele ano que o centro cultural passaria a contar com divulgação diária, ou ao menos semanal, de suas atividades nos tijolinhos da programação cultural do periódico. Se, no entanto, Hilton Cobra, em sua gestão do equipamento que vai de 1993 a 2001, consegue estabelecer uma rotina institucional, fato é que o CCJB ocupa ainda pouca visibilidade em face de outros centros culturais criados também naquele período. Em matéria de 19 de fevereiro de 1999, a Revista de Programa do Jornal do Brasil chamava atenção para a região da Central do Brasil. Comparando o equipamento ao Centro Cultural Light, na avenida Marechal Floriano, dizia que o "Centro Cultural José Bonifácio, dedicado à cultura negra, ainda sofre segregação" (APOSTAS, 1999, p. 3). De fato, entre 1994 e 2008 são feitas 281 menções pelo JB ao Centro Cultural José Bonifácio. Dessas 83,3% são tijolinhos da programação de final de semana da cidade que passam a compor as páginas do jornal a partir de 1994. Das 46 matérias em que há

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

menção específica ao centro cultural, quatro são relativas ao abandono do bairro ou interesse na revitalização da Zona Portuária e nove mencionam o equipamento entre outras opções na programação de férias ou em datas comemorativas de festejos da cidade. Em 16 anos, portanto, 37 matérias, ou 13,2%, efetivamente evocam a programação do CCJB.

De fato, sem financiamento privado de instituições como o Banco do Brasil, Correios ou Light, responsáveis por importantes equipamentos na cidade, o centro cultural parece sofrer as agruras de outros equipamentos financiados exclusivamente pela prefeitura. A atuação de seus diretores que associavam a gestão de equipamento a outras atividades culturais denota o espaço destinado ao equipamento nas políticas para a cidade. Durante a gestão do CCJB, Hilton Cobra (1994-2000), Januário Garcia (2000-2001), Carmem Luz (2001-2006) e Carlos Feijó (2006-2009) mantiveram atividades paralelas à gestão cultural, desenvolvendo suas carreiras como ator, fotógrafo, diretora de companhia de dança e artista.

No entanto, o recrutamento dos gestores entre membros importantes do movimento negro contribuiu para a continuidade do CCJB e para que, apesar de intermitências, o centro cultural ganhasse sobrevida e se tornasse parte da agenda da cidade. Entre as atividades em comemoração ao centenário de Pinxinguinha, ao lançamento do dicionário banto de Nei Lopes e à feira de livros Kilunge, merecem especial menção do jornal as atividades do dia da consciência negra. Instituída em agosto de 1992, pelo então prefeito Marcelo Allencar (PDT), a data em homenagem a Zumbi passa a fazer parte do calendário da cidade. Desde 1992, a programação das festividades para comemoração inclui o Centro José Bonifácio como parte importante do cenário da cultura afrodescendente na cidade. Em 1999, o evento no CCJB chega a ocupar o prestigioso espaço de capa da Revista Programa do Jornal do Brasil. O interesse pela rua Pedro Ernesto é acrescido no período por obra do acaso. Em 1996, Mercedes Guimarães, proprietária do número 36, encontra em obra de sua residência ossadas sob as fundações do terreno da casa de fins do século XVIII. Atribuída à existência de um cemitério de pretos novos na região, a descoberta contribui para a consolidação de um núcleo de memória afrodescendente na Zona Portuária.

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

Ao mesmo tempo, no dia 20 de novembro de 2001, a primeira página do Jornal do Brasil anunciava a vinda do Guggenheim para o Rio de Janeiro. A cidade havia ganhado a disputa. Entre Recife e Curitiba, a Fundação americana havia escolhido a Praça Mauá para erguer a sede de sua próxima filial.

Visando à “revitalização” da Zona Portuária, a Prefeitura de César Maia, no início da primeira década do século XXI, encontraria na construção de uma sede do Guggenheim a consolidação da cidade como polo turístico e cultural. No discurso oficial, a construção do museu conferiria valor simbólico à cidade, atraindo público e investimentos à região e dando ao Rio o status de capital cultural do país.

De fato, 2001, na memória de Mercedes Guimarães, seria o marco da consolidação de um projeto de revitalização da região. No dia da consciência negra, festejos incluíam a inauguração das escavações do cemitério Pretos Novos. Um grande evento marcado para a data confundiria discursos pela promoção da igualdade racial com o que se denominava então a revitalização da Zona Portuária.

Contudo, se em um primeiro momento a recepção do Guggenheim parecia marcada pela possibilidade de inclusão no mundo da arte internacional, o clima otimista da primeira manchete – “Rio vence a disputa pelo Guggenheim” (2001) – logo se dissiparia. Na mesma reportagem, opiniões divergentes marcavam a recepção do museu.

Às primeiras críticas seguiram-se imediatamente outras. Desde a instituição de um modo globalizado, americanizado e imperialista de ver a arte, às críticas à internacionalidade do acervo e do projeto arquitetônico que não dariam lugar à produção nacional, passando pelo projeto de Jean Nouvel que, mesmo antes de sair do papel, já era comparado ao Gasômetro, e chegando, finalmente, ao excesso do custo da instituição, o projeto da Prefeitura de César Maia foi atacado por todos os lados.

Em outubro de 2002, a discussão chegaria à Câmara e instaurar-se-ia uma CPI para averiguar a correção de um contrato tão oneroso (DEL REI, 2004). As irregularidades de um projeto inspirado na legislação internacional viriam à tona. A prefeitura fazia as adaptações necessárias e o projeto iria adiante seguido da divulgação pela imprensa dos crescentes custos do

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

museu. Mario Del Rei, vereador pelo Partido Socialista Brasileiro, era um dos principais opositores na arena política. Em seu nome, foi sugerido um plebiscito para consulta popular. Nas ruas, artistas e políticos organizariam manifestações na Cinelândia e no Largo da Carioca contra a instalação da filial Guggenheim. O Instituto de Arquitetos do Brasil se pronunciaria: um projeto de museu para a cidade sem concurso?

De todo modo, a disputa em torno do Museu parece ter seu ponto final em 20 de maio de 2003. Com repercussão positiva na imprensa e em setores organizados da sociedade civil, uma liminar concedida pelo juiz João Marcos Fantinato, da 8ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, suspenderia o contrato assinado entre a Prefeitura e a Fundação Guggenheim. A liminar atendia à ação popular proposta pelo vereador Eliomar Coelho, então filiado ao Partido dos Trabalhadores, contra o prefeito César Maia, a Fundação Solomon Guggenheim e o Município do Rio. De acordo com o Jornal do Brasil, "o magistrado afirmou que o contrato cria obrigações financeiras para o município por pelo menos dez anos, o que excede o exercício fiscal de 2003 e o mandato de Maia" (GUGGENHEIM..., 2003, p. C2).

O fracasso do projeto Guggenheim seria acompanhado de uma diminuição no destaque da programação do CCJB nos jornais. Também, na leitura de Mercedes Guimarães, a abertura do Instituto Pretos Novos, em 2002, só seria possível graças ao empenho individual dos proprietários e de Antonio Carlos Austregésilo de Athayde, então diretor do Arquivo Geral da Cidade. Segundo Mercedes, o fundador do Clube do Samba (1979) e diplomata de carreira se empenharia pessoalmente na consolidação do Instituto Pretos Novos. O projeto do novo centro cultural se coadunava com o projeto de revitalização da Zona Portuária que seria encampado pela prefeitura após o fracasso de construção da filial Guggenheim na região.

A partir de 2004, a prefeitura passaria a divulgar a construção da Cidade do Samba, como carro-chefe do corredor cultural Saúde, Gamboa e Santo Cristo. O diagnóstico do potencial turístico de um "roteiro afro" na cidade passaria a se consolidar no discurso das políticas públicas e da imprensa carioca.

No bojo do crescimento do carnaval de rua na cidade, o núcleo de memória afrodescendente passaria a ser inscrito num processo de

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

carnavalização da região. Não por acaso, a partir de 2006, Carmem Luz, então diretora do CCJB seria substituída por Carlos Feijó na gestão do equipamento. Ligado a eventos paralelos no Carnaval da cidade, Carlos Feijó teria rápida passagem pela direção do centro cultural e seu mandato à frente da instituição ficaria marcado pela promoção de prêmios aos carnavalescos do grupo de acesso do carnaval carioca. A ocupação da região da Pedra do Sal pelos ensaios do bloco Escravos da Mauá, a construção da Cidade do Samba (2006) e o esforço individual de grupos ligados à memória africana redundaria na continuidade das políticas de promoção da memória africana sob a roupagem do Carnaval.

Além dos recursos destinados ao samba pela prefeitura, no entanto, também novas linhas de financiamento da Cultura pelo Governo Federal permitiram a continuidade de projetos na região. Segundo entrevista de Mercedes Guimarães, o Instituto Pretos Novos foi contemplado em 2009 com edital *Ponto de Cultura*⁸, tendo passado a custear oficinas e a dar continuidade ao projeto que Mercedes definia como “levar a academia pro povo”⁹. As oficinas ganharam força a partir daquele ano e coincidiriam com o primeiro ano de mandato de Eduardo Paes e o lançamento do projeto Porto Maravilha.

Eduardo Paes e o Porto Maravilha

Desde 2009, a imprensa da cidade vem divulgando com crescente destaque a construção de novos museus para a Zona Portuária. Nos releases e nos discursos oficiais, novas narrativas sobre cultura, museus e criatividade vêm surgindo. No entanto, ao olhar com cuidado, categorias e agentes, conceitos e personagens parecem se repetir.

Em 14 de dezembro de 2010, Alfredo Sirkis, presidente do Instituto Pereira Passos entre 2001 e 2006, fazia uso do expediente de comunicação de liderança, publicada no Diário da Câmara Municipal, para apresentar a documentação da Comissão para discutir obras e ações da Prefeitura do Rio de Janeiro, destinada à revitalização da área portuária. A Comissão era presidida por Clarissa Garotinho e tinha como relator o próprio vereador.

8

É a entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura. É fundamental que o Estado promova uma agenda de diálogos e de participação. Neste sentido os Pontos de Cultura são uma base social capitalizada e com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do governo e de outros ministérios, pode partir da Cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade.

9

Guimarães, Mercedes. Mercedes Guimarães: depoimento. [jul. 2015].

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

O relatório apresentado por Sirkis, à frente do projeto de revitalização do porto no mandato César Maia, denotava, já na escolha de seu relator, que a continuidade com o projeto Guggenheim não era casual. Ainda que dois anos mais tarde Clarissa Garotinho estivesse na chapa de oposição ao governo Eduardo Paes e, juntamente com Rodrigo Maia na Coligação DEM-RJ/PR-RJ, adotasse o slogan “O Rio de Janeiro que não está bombando”¹⁰, à época do relatório as divergências não pareciam impedir outras alianças. Assim, a comunicação de Sirkis informava que:

Entre os anos 2001 e 2003 foram realizados 18 projetos básicos pelo IPP, quase todos prontos para serem licitados. Alguns, como o Rio Cidade da Rua Sacadura Cabral, tiveram a sua Licitação convocada e cancelada na sequência da liminar que paralisou os estudos para o Museu Guggenheim.

Os 18 projetos antes mencionados podem ser chamados “projetos de partida”. São basicamente projetos de requalificação de reurbanização do tecido urbano que, na verdade, servem, quase que psicologicamente, para sinalizar para a população carioca, para os agentes econômicos, potenciais investidores e muito particularmente para a população da área portuária, que, de fato, está acontecendo. Eles preveem reurbanização e qualificação de logradouros públicos, o tratamento acústico e paisagístico do Viaduto Perimetral, o Rio Cidade da Rua Sacadura Cabral, o Rio Cidade da Praça Mauá e do primeiro trecho da Rodrigues Alves e a reforma dos telhados e fachadas dos sobrados preservados, inclusive com aportes da Caixa Econômica Federal. (SIRKIS, 2010).

O Porto Maravilha, com efeito, retomava não só o projeto Guggenheim, mas também o “Rio cidade” que marcara profundamente os mandatos César Maia. Em muitos sentidos, o projeto fazia ainda uso dos museus como carro chefe da intervenção urbanística sobre a região. Em lugar da Fundação Guggenheim, era a Fundação Roberto Marinho – financiadora de instituições do mesmo gênero em São Paulo – que vinha ocupando o espaço deixado vago ao fim da gestão Maia.

10

Cf: DEM anuncia candidatura de Rodrigo Maia para a prefeitura do Rio. G1. 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/06/dem-anuncia-candidatura-de-rodrigo-maia-para-prefeitura-do-rio.html>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

Com efeito, a escolha de arquitetos celebrados, exposições temporárias para atração de grande público, retomada dos planos urbanísticos do Instituto Pereira Passos para requalificar a região, uso dos aportes da Caixa Econômica Federal, investimento privado com uso de recursos públicos, via isenção fiscal da Lei Rouanet¹¹: tudo parecia apontar para a reconstrução do naufragado projeto Guggenheim em novas bases.

Ao longo dos sete anos de governo, grupos empresariais extremamente próximos às esferas da governança pública têm aderido a um esforço para fazer da cidade uma marca comercial capaz de agregar valor aos produtos locais. A "marca Rio" tem sido uma constante em diferentes discursos sobre a cidade¹². De fato, o processo é visível no projeto Porto Maravilha. Além da Fundação Roberto Marinho, participariam já da Conferência sobre a Revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, representantes de empresas ligadas à fundação de equipamentos culturais na região – o arquiteto do Projeto AquaRio –; representantes de setores ligados à construção civil – Silvio Chaimovitz, Diretor de Incorporações da construtora Klabin Segall, José Conde Caldas, empresário do mercado imobiliário, o vice-presidente de Desenvolvimento Imobiliário da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Carlos Eduardo da Rocha, proprietário de três prédios na Rua Sacadura Cabral –; representante do setor comercial da cidade – André Urani, presidente do Conselho da Associação Comercial do Rio de Janeiro.¹³

De fato, o projeto nasce claramente colado a grupos de empresários tanto ligados ao setor imobiliário, quanto aos setores do que vem sendo crescentemente designados de economia criativa. Entre os últimos apareciam a Fundação Roberto Marinho com aporte agressivo, o grupo Kreimer responsável pelo AquaRio que tem também patrocínio da Coca-Cola¹⁴, e em menor escala o Jornal do Brasil, apenas apoiando a Conferência. Ao primeiro núcleo de empresários diretamente convidados a participar do certame e com propensões claras de investir na região, vem se seguindo outras iniciativas que têm denotado a formação de arranjos entre empresários e *policy makers para mudar a imagem da cidade, fazendo da Zona Portuária o símbolo mais visível de sua transformação*.

Assim também, a consolidação de um pólo de memória afrodescendente vem ganhando novo fôlego na região. As obras do Porto

Recentes interpretações sobre a lei Rouanet têm apontado para o fato de que os investimentos de empresas privadas com isenção fiscal seriam um mecanismo de atribuir o uso de recursos públicos a interesses de grupos privados. Note-se que a acusação tem ganhado força no meio intelectual e artístico, sendo mesmo alvo da crítica do atual ministro da cultura Juca Ferreira em entrevista concedida à Folha de São Paulo em 23 de março de 2012: "Nós tivemos condições de constatar que a Lei Rouanet não gerou nenhum dos produtos que pretendeu gerar. Não criou um mecenato. Na verdade, é 100% de dinheiro público. E 100% de dinheiro público passando pelo crivo das empresas. O que, a rigor, é inconstitucional. O dinheiro público tem que ser usado a partir de critérios públicos". Ainda assim, no caso dos dois novos museus, não foi encontrado registro do uso da acusação.

12

A ideia de marca Rio tem aparecido na documentação levantada em dois diferentes sentidos. De um lado, aparece como valor imaterial agregado a produtos produzidos na cidade ou que fazem uso de sua imagem na publicidade. Atribuindo esse sentido, Lucas Vettorazzo escreveu em Exame reportagem sobre O resgate da marca Rio. Chamando a atenção para o espaço ocupado pela cidade nas campanhas de marketing, diz ele: "Para usar uma expressão cara ao mundo do marketing, o Rio de Janeiro voltou a ser cool, um atributo cada vez mais valorizado nas estratégias de comunicação de empresas de todo o mundo: 'Estamos vivendo o resgate da marca Rio, uma das mais poderosas dentre todas as cidades do mundo', afirma o publicitário Nizan Guanaes, sócio do grupo ABC". A ideia da retomada de um valor intangível é aqui fundamental. Ainda em outro sentido mal preciso, também em 2011, o Governo do Estado criou o projeto *Marca Registrada RJ*. Firmando parcerias com empresas da cidade como Geneal, Farm, Havaianas, Antônio Bernardes e os restaurantes de Claude Troisgros, a página da Marca Rio em redes sociais fala de um movimento e convida: "Faça parte deste movimento, declare seu amor e mostre por que você também é uma Marca Registrada do Rio!". Disponível em: <<https://www.facebook.com/MarcaRJ/info>>.

13

Cf.: Conferência A Revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro. 14 e 15.09.2009. In: Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. 14/12/2010.

14

BASTOS, Isabela. Aquário que seria inaugurado em agosto na Zona Portuária ainda não saiu do papel. O Globo. 20/07/2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/aquario-que-seria-inaugurado-em-agosto-na-zona-portuaria-ainda-nao-saiu-do-papel-5533315#ixzz2ZM2XVDCA>>. Acesso em: 20 jul. 2012.



Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

Maravilha e a descoberta do Cais do Valongo, principal rota do tráfico de escravos na cidade, e seu processo de patrimonialização pelo Iphan e mais tarde pela Unesco têm chamado a atenção para a continuidade da valorização da memória da diáspora, erguendo monumentos comemorativos de afirmação da identidade afro-brasileira. Os monumentos comemorativos, que, como já chamou a atenção Andreas Huyssen, lembram e esquecem, têm se inserido crescentemente num roteiro turístico de cidade em que o valor simbólico se mede pela quantidade de imagens replicadas. A Reforma da Praça Mauá, inaugurada com imensa escultura em que as palavras “cidade olímpica” eram precedidas por uma *hashtag* se torna símbolo de políticas públicas em que o sucesso financeiro se mede pela difusão de imagens. Discursos dissonantes dirigidos a um mesmo referente reproduzem e replicam a marca Rio. Imagem, memória e mercado passam a se confundir e as parcerias público-privadas se tornam cada vez mais viáveis.

Não por acaso, a gestão do CCJB passa a partir de 2015 por longo processo de licitação. Em lugar da indicação de lideranças ligadas ao movimento negro da cidade, o espaço será gerido por uma Organização Social (OS) contratada com foco na sustentabilidade do equipamento e em sua capacidade de gerir recursos na lógica de mercado. Assim também o Instituto Pretos Novos que, como instituição privada, encontrou resistências na prefeitura para rotinizar suas atividades, a partir de 2013 consegue manter uma agenda regular ao concorrer a edital do CDURP, parceria público-privada da prefeitura. Também em 2015, o Instituto Pretos Novos concorreu no Edital Pontos de Cultura – Cidade Olímpica¹⁵. De fato, em anos mais recente, novos editais e parcerias parecem permitir viabilidade mais concreta ao Instituto.

Considerações finais

Se desde os anos 1980, o conceito de corredor cultural começa a reordenar a cidade a partir da reurbanização do centro e de políticas voltadas para a promoção da cultura popular e de minorias sociais. Trinta anos depois, espaços que apareceram – ou ganharam novo protagonismo¹⁶ – ao longo do processo de intervenção urbana do Porto Maravilha se

15

Cf: Edital de seleção, cujo resultado foi publicado em dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5936408/4155526/00_EditalPontosdeCulturaCidade_OlimpicaPRORROGADO2.pdf>.

16

O Centro José Bonifácio foi, por exemplo, restaurado entre 2011 e 2012.

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

organizaram como focos de resistência a uma musealização da região, criada com base em projetos que pensavam equipamentos culturais de entretenimento e turismo de massas. Contudo, o modo como esses centros vêm se estabelecendo tem denotado que o processo de espetacularização da região tem também se beneficiado desses movimentos.

Além da democratização da tecnologia museu (CHAGAS, 2005), que tem se prestado à descentralização das decisões sobre a identidade, técnicas de espetacularização e atração de grande público têm sido apropriadas por grupos de interesses que têm protagonizado, a seu modo, a formação de certo consumo cultural em nichos de mercado.

Referências

- APOSTAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1999. Revista de Programa, p. 3.
- BASTOS, Isabela. Aquário que seria inaugurado em agosto na Zona Portuária ainda não saiu do papel. *O Globo*, 20 jul. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/-um-belo-projeto-que--nao-saiu-do-papel/#sthash.68GHB0xb.dpufaquario-que-seria-inaugurado-em-agosto-na-zona-portuaria-ainda-nao-saiudo-papel-5533315#ixzz2ZM2XVDCA>>. Acesso em: 15 set. 2012.
- BONFIM, Beatriz; MARIA, Cleusa. A transição na Cultura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 16 mar. 1987. Caderno B, p. 1.
- CHAGAS, Mário. Museus: Antropofagia da memória e do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 31, p. 32-35, 2005.
- CONFERÊNCIA A REVITALIZAÇÃO DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO. 14 e 15 set. 2009. *Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. 14 dez. 2010.
- COSTA, Antonio João Augusto da. *A Lapa ontem e hoje: políticas de intervenção*. 2010. Dissertação (Mestrado em PPGSA) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

DAVID, Flávia. *Museu de Arte do Rio comemora um ano com mais de 350 mil visitas*. Site da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. 13 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4640587>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

DEL REI, Mario. *O Caso Guggenheim: uma lição para o futuro*. Rio de Janeiro: Lutécia, 2004.

GUGGENHEIM tem contrato suspenso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. C2, 21 maio 2003.

GUIMARÃES, Mercedes. *Mercedes Guimarães: depoimento*. [jul. 2015]. Entrevistadoras: G. Rocha e Parracho Sant'Anna, S. Arquivo sonoro. Entrevista concedida ao projeto Do Guggenheim ao Museu do Amanhã: o processo de musealização e o novo horizonte de expectativas nas intervenções urbanísticas da Zona Portuária do Rio de Janeiro UFRRJ/FAPERJ.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

HUYSEN, Andreas. *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

LANCE-LIVRE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 set. 1989. 1º Caderno, p. 6.

MORRO da Conceição receberá primeiras obras do Projeto de Revitalização urbana. *Revista Porto Maravilha*, Rio de Janeiro, n. 1, mar. 2010.

NEULANDS, Lilian. Saúde é um bairro histórico do Rio que está doente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 ago. 1983. 1º Caderno, p. 29.

ORAÇÃO e Música. *Revista Porto Maravilha*, Rio de Janeiro, n. 15, jul. 2014.

PAES, Eduardo. Porto Maravilha, preservando a história, a arquitetura e a cultura da Região Portuária. *Revista Porto Maravilha*, Rio de Janeiro, n. 4, abr. 2011.

Sobreposição de camadas nas políticas culturais e a construção da memória no
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro
Geane Rocha
Sabrina Parracho Sant'Anna

RESENDE, Dayana. Museu do Amanhã recebe 25 mil pessoas no fim de semana de abertura. *O Globo*, 21 dez. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/museu-do-amanha-recebe-25-mil-pessoas-no-fim-de-semana-de-abertura-18338478#ixzz43YGbagd7>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

RIO vence a disputa pelo Guggenheim. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 nov. 2001, p. 1.

SANT'ANNA, Sabrina Parracho. Museus e cidade: o caso do MAR na Zona Portuária do Rio de Janeiro. *O público e o privado*, v. 22, p. 32, 2013.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Pinacoteca do Rio. *O Globo*. 18 fev. 2009. Coluna Gente Boa. Segundo Caderno.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Proposta de tombamento da Pedra do Sal*. INEPAC, 1984.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2013. v. 1. 688 p.

SIRKIS, Alfredo. Documentação dos trabalhos da Comissão para discutir obras e ações da Prefeitura do Rio de Janeiro, destinadas à revitalização do Centro e da zona portuária. Resolução Nº 1.123/2009. *Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. 14 dez. 2010. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fd1/3bb755628bd7c4ac832577f9006b66c7?OpenDocument>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

UNESCO aprova inclusão de novos três bens brasileiros na Lista Indicativa do Patrimônio Mundial. 16 abr. 2014. In: Portal do IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18416&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

Recebido em 21/03/2016

Aprovado em 04/05/2016